

## **A COLÔNIA DO SACRAMENTO: UMA PRAÇA DE GUERRA DO IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS**

COLÔNIA DO SACRAMENTO: A FORTIFIED OUTPOST OF THE PORTUGUESE  
COLONIAL EMPIRE.

Paulo César Possamai\*

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é fazer uma análise do papel que a Colônia do Sacramento desempenhou dentro do império colonial português. A posição estratégica de Sacramento numa área em disputa com a Coroa espanhola deu origem à uma história singular, da qual pretendemos fazer uma análise comparativa com as praças de guerra portuguesas na África e na Ásia.

**PALAVRAS-CHAVE:** cidade, fortaleza, colônia.

A Colônia do Sacramento foi fundada na margem esquerda do Rio da Prata em 1680 por D. Manuel Lobo, obedecendo ao plano do príncipe regente D. Pedro de expandir os domínios portugueses na América, a fim de assegurar vantagens territoriais e econômicas à Coroa portuguesa. A ocasião era propícia, pois a decadente Espanha de Carlos II, o último Habsburgo espanhol, não parecia capaz de opor resistência aos velhos projetos expansionistas portugueses que visavam dominar o estuário platino e, através dele, assegurar a manutenção do fluxo da prata contrabandeada das minas de Potosí para Lisboa por via dos portos brasileiros.

Porém, se a metrópole espanhola estava enfraquecida, a isolada fortaleza de D. Manuel Lobo não pôde resistir ao ataque combinado das forças coloniais espanholas e dos exércitos indígenas das missões jesuíticas, grupos para os quais a presença portuguesa no Prata constituía uma grande ameaça. A destruição de Colônia, levada a cabo oito meses após sua fundação, levou o príncipe regente a, sob ameaça de guerra, forçar a Coroa espanhola

---

\* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo com a tese “O Cotidiano da Guerra: A Vida na Colônia do Sacramento (1715-1735)”. Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: paulopossamai@cchla.ufrn.br

a restituir-lhe a posse do território de Sacramento, através do Tratado Provisional de 1681.

Foram bastante difíceis os primeiros anos que se seguiram ao restabelecimento dos portugueses em Colônia em 1683, quando as restrições do governo de Buenos Aires, que procuravam impedir o contrabando e a exploração do gado selvagem que abundava nos campos da margem norte do Rio da Prata, se somaram à corrupção generalizada que marcou o governo de Cristóvão Ornelas de Abreu (1683-1689). A situação melhorou sensivelmente sob as administrações de Francisco Naper de Lencastre (1689-1699) e de seu sucessor, Sebastião da Veiga Cabral (1699-1705), com o incremento da política de povoamento e a intensa exploração das riquezas pecuárias do atual território uruguaio. Porém, a Guerra da Sucessão Espanhola colocaria Portugal e Espanha em campos opostos na Europa, resultando no desencadeamento das hostilidades no Prata e no abandono de Colônia às forças de Buenos Aires em 1705.

A guerra terminou com a assinatura dos tratados de Utrecht, nos quais Filipe V teve de fazer várias concessões a fim de obter o reconhecimento das nações europeias à ascensão dos Bourbons ao trono espanhol. O tratado de paz com Portugal, assinado em 1715, assegurou aos portugueses a devolução do território da Colônia do Sacramento. A partir de então, a Coroa portuguesa iniciou uma verdadeira política de povoamento na região, através do envio de sessenta casais da província de Trás-os-Montes. A retomada do contrabando garantiu a remessa de grandes quantidades de prata, ao passo que a exploração do gado selvagem trouxe como consequência a luta com os espanhóis e indígenas pelo domínio do território, marcando a fase mais próspera e dinâmica da história da Colônia do Sacramento.

Se os primeiros tempos ainda foram difíceis devido aos problemas de abastecimento que marcaram o governo de Manuel Gomes Barbosa (1716-1722), a situação mudaria radicalmente com a chegada do seu sucessor. A junção do apoio decidido da Coroa à grande capacidade administrativa do governador Antônio Pedro de Vasconcelos (1722-1749) foram os fatores responsáveis por um período de grande desenvolvimento que pode ser considerado como o apogeu da presença portuguesa no Rio da Prata.

Porém, a prosperidade dos habitantes da Colônia do Sacramento preocupava a Coroa espanhola, lesada pelo intenso

contrabando, enquanto os colonos e os índios das missões conviviam a contragosto com a concorrência portuguesa na exploração do gado selvagem. Um incidente diplomático em Madri, sem maiores conseqüências na Europa, forneceu aos espanhóis um motivo para tentar desalojar os portugueses do Prata, dando início ao cerco de Colônia, que se estendeu de outubro de 1735 a setembro de 1737. O envio de reforços e expedições navais conseguiu impedir a retomada de Sacramento, mas não teve sucesso em romper o cerco espanhol, que foi mantido após o armistício, marcando o fim da crescente expansão portuguesa pelo interior do território.

O sítio de 1735 marca, portanto, o início de uma nova fase na história de Sacramento. Depois da assinatura do armistício em 1737 e, particularmente, durante o reinado de Fernando VI (1746-1759), que foi marcado pela reaproximação das Coroas ibéricas, o contrabando voltou a florescer, mas a exploração da riqueza pecuária fez-se antes através da cooperação com os indígenas e espanhóis que da presença efetiva dos portugueses no pampa. Também acabou a expansão agrícola, uma vez que a manutenção do campo de bloqueio impediu a criação de novas quintas nas terras fora do controle dos portugueses.

Embora o Tratado de Madri, em 1750, estipulasse a troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões, ela jamais foi efetivada, sendo que o Tratado de El Pardo, de 1761, anulou o anterior. A guerra voltaria ao Prata como conseqüência do conflito europeu que opôs os Bourbons à maior parte das demais nações européias, entre as quais Portugal, resultando na capitulação de Colônia frente ao governador de Buenos Aires, em setembro de 1761. Pelo Tratado de Paris, assinado em fevereiro de 1763, a influência da Inglaterra, novamente líder vitoriosa de outra liga contra Espanha e França, obrigou a Coroa espanhola a devolver Colônia aos portugueses.

Entretanto, uma nova guerra entre Espanha e Portugal, desta vez sem a participação dos seus poderosos aliados europeus (respectivamente França e Grã-Bretanha), possibilitou a reconquista de Sacramento pelos espanhóis em 1777. Sem a ajuda dos britânicos, os portugueses não puderam assegurar seu retorno ao Prata, sendo que o Tratado de Santo Ildefonso, assinado em outubro do mesmo ano, manteve Colônia em poder da Espanha, situação que seria ratificada pelo Tratado de El Pardo, assinado em

março do ano seguinte.

O importante papel militar desempenhado pela Colônia do Sacramento deu origem a um problema específico: a falta de uma administração civil, fator responsável pelo aumento excessivo do poder dos militares. Pelo fato de não haver juiz nem Câmara em Sacramento, a autoridade civil e a militar ficavam concentradas nas mãos do governador, que julgava os conflitos entre os moradores. Geralmente a pena imposta pelas infrações à lei limitava-se ao pagamento de uma multa. O taberneiro Ambrósio foi obrigado a pagar em dobro o valor das mercadorias que haviam sido furtadas da alfândega e que foram encontradas em sua casa. Timóteo Soares teve de pagar uma multa de cinquenta mil réis por ter demolido a casa que Manuel Lopes Fernandes possuía fora da praça. A prisão de Antônio Fernandes foi comutada numa multa orçada em quinze carregamentos de pedra para as obras reais<sup>1</sup>.

Se a falta da Câmara e de um juiz favoreceu a concentração do poder local nas mãos do governador, outras circunstâncias concorreram para diminuir a sua dependência com relação aos governadores do Rio de Janeiro, aos quais o governo de Colônia era formalmente subordinado. Em primeiro lugar, citamos a enorme distância física que há entre o Rio e Sacramento, já que, conforme Russell-Wood, o alcance de controle efetivo das autoridades coloniais já mostrava sinais de atenuação a menos de cem quilômetros da sede (RUSSELL-WOOD, 1998, p. 171). Também é importante salientar que, embora a Coroa tenha formalmente regulamentado a hierarquia entre as diferentes autoridades coloniais, na prática, ela encorajava a autonomia das capitânicas com o objetivo de “dissipar o aparecimento de uma mentalidade colonial separada, ou de uma estrutura colonial interna que pudesse desenvolver-se independentemente do controle metropolitano” (SCHWARTZ, 1998, p. 148).

Porém, essa política não deixou de trazer inconvenientes, pois gerou confusões e conflitos de autoridade na estrutura hierárquica da administração colonial. Quando Antônio Pedro de Vasconcelos foi registrar sua patente de governador na Chancelaria do Reino, os funcionários não sabiam se ele deveria pagar os direitos reais pelo posto que iria ocupar, “por não ser aquele governo

---

<sup>1</sup> Relação dos rendimentos e dízimos, 30/03/1732. *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, Colônia do Sacramento, cx. 3, doc. 240.

de capitães gerais, antes se entende que por ser praça particular e não governo de distrito, o soldo é só militar, quase regulado pela patente do posto que ocupava<sup>2</sup>”. Quase um ano após a sua posse no governo da Colônia do Sacramento, Vasconcelos ainda não sabia a quem devia prestar conta dos seus atos, pois então escreveu ao rei perguntando-lhe se estava subordinado ao governador do Rio de Janeiro ou se devia prestar contas somente à administração central de Lisboa<sup>3</sup>.

Embora a metrópole se preocupasse em elevar o povoado à condição de vila através da criação de uma Câmara, as dificuldades dos primeiros tempos e, como consequência, o aumento da deserção, não só entre os militares como também entre os civis, foram responsáveis por protelar indefinidamente a alteração do estatuto da povoação. Ao informar o rei sobre a deserção de oito colonos, o governador Manuel Gomes Barbosa opinou que, dentre os casais enviados para o povoamento da Colônia do Sacramento, havia pouca gente capacitada para ocupar os cargos da futura Câmara, argumentando que “quem não sabe governar a si, mal governará a outrem<sup>4</sup>”.

Efetivamente, tentativas no sentido de elevar o estatuto de Sacramento não deixaram de ser feitas. Em setembro de 1721, o ouvidor geral do Rio de Janeiro, Paulo de Torres Rijó, escreveu a Lisboa informando que não podia ir a Colônia tirar residência do governo de Manuel Gomes Barbosa sem uma ajuda de custo da Fazenda Real. O Conselho Ultramarino era de parecer favorável a que ele recebesse uma ajuda de custo, considerando a grande distância e a periculosidade da navegação entre o Rio de Janeiro e Colônia. A fim de cumprir sua missão, determinava ainda que Rijó ficasse por um ano em Sacramento a fim de “criar em vila a dita Colônia, com governo de Câmara e justiça, fazendo-lhe um regimento por onde se devem governar<sup>5</sup>”.

Porém, tudo indica que a visita do ouvidor geral não se

---

<sup>2</sup> Consulta do Conselho Ultramarino de 26/04/1749, in: *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. L, p. 61.

<sup>3</sup> Carta de Vasconcelos ao rei, 06/02/1723. *AHU*, Colônia do Sacramento, cx. 1, doc. 94

<sup>4</sup> Carta de Gomes Barbosa ao rei, 15/12/1718. *AHU*, Colônia do Sacramento, cx. 1, doc. 40.

<sup>5</sup> Consulta do Conselho Ultramarino de 28/04/1722. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Arq. 1.1.21, ff. 94-95.

realizou, pois, por volta de 1731, uma representação dos moradores pediu a presença de um juiz e a elevação da povoação em vila ou cidade, e a conseqüente criação de uma Câmara, enfatizando o desejo da população de que “no governo da Câmara e alfândega não entre militar algum<sup>6</sup>”. Provavelmente, tal recomendação devia-se às tensões que opunham os militares aos moradores, dentre os quais o grupo mais influente era o dos comerciantes, que tinha grande interesse em afastar os militares do governo e do controle da alfândega.

Chamado pela Coroa a dar seu parecer sobre o assunto, o governador Antônio Pedro de Vasconcelos deu seu apoio ao pedido dos moradores, especialmente à vinda de um juiz, “porque na disposição das leis só pode obrar com acerto quem as estudou”. Porém, protestou contra a pretensão de excluir os militares da Câmara e da alfândega, sob a alegação de que os mesmos representavam a “parte maior e mais nobre deste povo<sup>7</sup>”, enquanto que, segundo o próprio, até o momento, não havia entre os casais sujeitos idôneos para ocupar os cargos que seriam criados. Talvez prevendo as objeções do governador, os moradores já haviam incluído no seu requerimento um pedido para que a Coroa reconhecesse todos os direitos e privilégios a que tinham direito como povoadores, assim como regulamentasse os privilégios especiais concedidos, a fim de se “poder saber qual é o mais privilegiado, por se evitarem contendas<sup>8</sup>”. Procuravam, desse modo, criar uma “nobreza da terra”, habilitada a assumir os cargos públicos que seriam criados com a instalação da administração civil em Colônia.

A falta de uma representação civil levou a vários conflitos entre os governadores militares e os colonos. Embora não saibamos exatamente como se deu a distribuição dos terrenos por ocasião da retomada de Colônia pelos portugueses em 1716, o fato é que ela não tardou a ser contestada pelos povoadores, os quais acusaram o governador de se beneficiar do processo. Para se defender das acusações, Manuel Gomes Barbosa pediu o testemunho de pessoas importantes na comunidade local, como o sargento-mor Antônio

---

<sup>6</sup> Representação dos povoadores da Colônia do Sacramento. *AHU*, Rio de Janeiro, cx. 33, doc. 7695

<sup>7</sup> Carta de Vasconcelos ao rei, 09/05/1732. *AHU*, Rio de Janeiro, cx. 33, doc. 7695

<sup>8</sup> Representação dos povoadores da Colônia do Sacramento. *AHU*, Rio de Janeiro, cx. 33, doc. 7695

Rodrigues Carneiro, que atestou a inocência do governador, acusado de pedir dinheiro pela doação das terras<sup>9</sup>. Também o padre Antônio do Vale, superior da residência dos jesuítas em Colônia, atestou que Gomes Barbosa “repartiu os chãos, assim dentro como fora da fortaleza, aos casais e mais moradores, que lhe pediram, sem intervir nisto interesse algum da sua parte<sup>10</sup>”.

Porém, numa representação à Coroa, os moradores queixaram-se de que, apesar da promessa de que cada casal receberia três jeiras de terra nas proximidades da praça, não tinham recebido nada além de um terreno onde edificaram suas casas, sendo-lhes necessário “semear muito longe seus trigos<sup>11</sup>”. Com relação à acusação de que os oficiais militares tinham sido privilegiados com a posse das terras que se situavam mais perto da povoação, o governador Antônio Pedro de Vasconcelos informou o rei que os moradores podiam fazer suas lavouras no lugar onde escolhessem e que todos fugiam dos arredores de Colônia por serem terras demasiado secas.

Na verdade, o problema principal não consistia na maior ou menor fertilidade do solo, mas sim na segurança, pois quanto mais longe da fortificação, maior era o perigo de sofrer algum ataque, fosse por parte dos índios, fosse por parte da guarda espanhola do rio São João.<sup>12</sup> Procurando resolver o problema das investidas dos espanhóis e assegurar a propriedade através de títulos, os colonos pediram ao rei para que se buscasse o fim da controvérsia sobre o território de Sacramento com a corte de Madri. O pedido dos moradores não deixou de escandalizar Vasconcelos, que alegou que essa era uma “matéria muito alheia das suas obrigações e desnecessária em tempo que põe estâncias e levam as suas

---

<sup>9</sup> Certificado de Antônio Rodrigues Carneiro, 12/01/1720. *AHU*, Colônia do Sacramento, cx. 1, doc. 58.

<sup>10</sup> Certificado do padre Antônio do Vale, 05/12/1719. *AHU*, Colônia do Sacramento, cx. 1, doc. 58.

<sup>11</sup> Representação dos povoadores da Colônia do Sacramento. *AHU*, Rio de Janeiro, cx. 33, doc. 7695.

<sup>12</sup> Quando da restauração da Colônia do Sacramento, em 1683, o governador de Buenos Aires criou uma guarda às margens do rio São João, a fim de impedir o avanço dos portugueses na região. Ela se situava a cinco léguas ao norte de Colônia e a sua guarnição era composta por trinta soldados comandados por um cabo (RIVEROS TULA, 1959, p. 196).

lavouras onde os convida o apetite<sup>13</sup>”.

Vasconcelos não deixou de se contradizer com essa afirmação, pois anteriormente havia escrito ao rei que a resolução da questão sobre o território de Sacramento era essencial para garantir o aumento na produção de alimentos, a fim de livrar a guarnição da dependência das remessas de farinha do Rio de Janeiro. Argumentava, então, que o domínio legal sobre o território garantiria a segurança dos lavradores, os quais poderiam expandir as suas lavouras para o interior da campanha, o que, por sua vez, asseguraria o aumento dos dízimos da produção, com os quais poder-se-ia prover o sustento da guarnição<sup>14</sup>.

Efetivamente, a falta de uma Câmara concentrava todos os poderes nas mãos do governador, que se via encarregado mesmo de organizar as festas em honra à monarquia. Em janeiro de 1730, para festejar o casamento do príncipe D. José com a infanta D. Mariana Vitória, o governador Antônio Pedro Vasconcelos tomou a seu encargo a realização de uma grande festa, uma vez que o povoado não tinha Câmara, a quem incumbia a organização de semelhantes eventos. O governador salientou a importância da realização do festejo em Colônia, dizendo que “foi forçoso encarregar-se dele, e sem atender à despesa, nem à circunstância de cair em empenho, por ser aquela praça fronteira, e irem testemunhá-lo de Buenos Aires pessoas graves e de caráter, que aceitaram seu convite”<sup>15</sup>.

A contestação do domínio português sobre o território da Colônia do Sacramento pela Coroa espanhola e a pressão dos militares para se manterem sozinhos no poder foram os principais fatores que impediram a elevação à vila da Colônia do Sacramento, pois para a mudança de estatuto não faltavam as condições básicas, como população suficiente e a presença de um pároco. Outros povoados com menos recursos que Colônia foram elevados à condição de vila em princípios do século XVIII, como foi o caso de Laguna, que, apesar de formar um agrupamento de casas de pau-a-pique cobertas de palha, onde os casamentos e batizados somente se realizavam quando o padre o visitava, conseguiu o foral de vila em 1714 (TAUNAY, 1946, p. 445). Então Laguna não contava com

---

<sup>13</sup> Carta de Vasconcelos ao rei, 09/05/1732. *AHU*, Rio de Janeiro, cx. 33, doc. 7694.

<sup>14</sup> Carta de Vasconcelos ao rei, 14/07/1728. *AHU*, Colônia do Sacramento, cx. 2, doc. 199.

<sup>15</sup> Consulta do Conselho Ultramarino de 03/07/1734. *IHGB*, Arq. 1.1.26, f. 204v.

mais de 42 casas e 300 pessoas adultas (SANTOS, 1984, p. 3), enquanto que, em 1718, o governador Manuel Gomes Barbosa informava ao rei que viviam na Colônia do Sacramento e em seus arredores mais de 1.040 habitantes<sup>16</sup>.

No ano seguinte, o mesmo relatava que o espaço situado entre o rio e a muralha, em construção, já se encontrava totalmente ocupado pelas casas dos oficiais e soldados casados. Segundo o governador, erguiam-se no recinto interno da praça cinqüenta e uma casas de pedra e barro e dezesseis ou dezessete feitas de couro, onde viviam os soldados casados pobres. Por falta de espaço, os casais receberam o terreno para a construção das suas casas fora do recinto fortificado<sup>17</sup>.

Em 1722, no ano da posse do governador Antônio Pedro de Vasconcelos, foram relacionados em Sacramento e nas suas proximidades, 235 fogos, cuja população foi calculada em 630 homens, 172 mulheres, 99 meninas, 123 meninos, 45 índios, 16 índias, 204 escravos e 90 escravas. O Terço de infantaria estava constituído de 267 homens, enquanto havia 129 inscritos na cavalaria e artilharia<sup>18</sup>.

Em 1726, já não deveriam subsistir as moradias feitas com couros, fruto da precariedade de recursos durante os primeiros anos do restabelecimento de Colônia, pois, nesse ano, Vasconcelos informou ao rei que já se haviam “feito tantas casas dentro da praça que já não há chão que esteja desocupado<sup>19</sup>”. Em 1730, o governador relacionava a existência de 329 fogos, sendo que era rara a casa que não estivesse coberta de telhas e que deixasse de ter suficientes alfaias<sup>20</sup>.

Em 1735, Silvestre Ferreira da Sylva escrevia que o povoado era formado por 327 casas, térreas na sua maioria, distribuídas ao longo de dezoito ruas, dezesseis travessas e quatro praças. O mesmo calculou a população de Colônia em duas mil e seiscentas

---

<sup>16</sup> Carta de Gomes Barbosa ao vice-rei, 12/04/1718, in: *Documentos Históricos*, vol. LXXI, p. 31.

<sup>17</sup> Carta de Gomes Barbosa ao rei, 09/12/1719. *AHU*, Colônia do Sacramento, cx. 1, doc. 47.

<sup>18</sup> “Mapa geral...” 24/10/1722, *AHU*, Colônia do Sacramento, cx. 1, doc. 86.

<sup>19</sup> Carta de Vasconcelos ao rei, 13/05/1726. *AHU*, Colônia do Sacramento, cx. 2, doc. 165.

<sup>20</sup> Carta de Vasconcelos ao rei, 05/04/1730. *AHU*, Colônia do Sacramento, cx. 2, doc. 220.

pessoas, entre as quais estavam incluídos os efetivos da guarnição. No interior da fortaleza, situavam-se a igreja paroquial, a casa do governador, o hospital real, a residência dos franciscanos, a casa da artilharia, os quartéis e o corpo da guarda principal (SYLVA, 1993, pp. 61-71).

A Colônia do Sacramento preenchia, pois, todos os requisitos para a sua elevação a vila. Porém, o seu caráter estratégico pode ser visto como o principal empecilho para a sua mudança de estatuto. Podemos ainda indicar um outro fator: o preconceito contra os comerciantes. Temia-se que a Câmara de Sacramento fosse dominada pelos comerciantes, uma vez que, apesar do caráter essencialmente comercial do império marítimo português, o desprezo contra os comerciantes era profundo na sociedade portuguesa do Antigo Regime. Boxer lembra que, mesmo em Macau, o preconceito existia, a despeito da dependência dos seus cidadãos do comércio, atividade que assegurava a subsistência da cidade (BOXER, 1981, pp. 303-304). De fato, sobre a atividade comercial pesava fortemente o preconceito contra os judeus, geralmente identificados com o comércio. No Rio de Janeiro, o conflito em torno do acesso aos lugares na Câmara prolongou-se pelos séculos XVII e XVIII. A eleição de alguns comerciantes, em 1697, foi anulada pelo rei, que atendeu aos protestos dos vereadores contra a entrada de “pessoas hebréias” na instituição municipal (BETHENCOURT, 1998, p. 274).

Em Colônia, a maior parte dos comerciantes não passava de agentes comerciais de mercadores estabelecidos no Rio de Janeiro ou Lisboa<sup>21</sup>, situação que aumentava ainda mais a discriminação, pois, se os grandes comerciantes, por vezes, conseguiram ocupar importantes cargos públicos, as resistências contra a ascensão social dos agentes comerciais ou dos pequenos mercadores eram muito maiores (RUSSELL-WOOD, 1998, p. 205). Deve-se também observar que a maior parte do comércio realizado em Sacramento não passava de contrabando aos olhos das autoridades espanholas. Uma Câmara dominada pelos comerciantes com certeza dificultaria

---

<sup>21</sup> Respondendo ao protesto que os mercadores fizeram à Coroa contra a concorrência inglesa no comércio ilícito com os espanhóis, Vasconcelos informou ao rei que “estes homens são uns comissários que vivem da comissão que tiram da fazenda vendida”. O governador salientava o caráter subordinado dos comerciantes de Colônia aos homens de negócio do Rio de Janeiro e de Lisboa. Cf. carta de Vasconcelos ao rei, 22/05/1726. *AHU*, Colônia do Sacramento, cx. 2, doc. 169.

as, sempre tensas, relações entre portugueses e espanhóis. Portanto, apesar do seu importante papel, o comércio desenvolvido na Colônia do Sacramento devia ser ignorado por razões diplomáticas, ressaltando-se sempre o papel de Sacramento como uma colônia de povoamento.

Crescida à sombra da fortaleza do Santíssimo Sacramento, a povoação<sup>22</sup> jamais se constituiu em vila ou cidade durante o domínio português<sup>23</sup>. Apesar da Coroa preocupar-se em fazer de Sacramento um centro de colonização portuguesa no Rio da Prata, a vocação militar de Colônia sempre se sobrepôs ao seu papel de núcleo de povoamento. Embora a Colônia do Sacramento não tenha evoluído até tornar-se uma importante cidade da América portuguesa, as vicissitudes no seu desenvolvimento inserem-se perfeitamente no quadro do império ultramarino português. Margarida Tavares da Conceição sustenta que o ato de “fazer fortaleza” podia “ser entendido como ritmo iniciático da implantação de soberania e, por deriva, como embrião de um conteúdo urbano, não raras vezes adiado ou abortado” (CONCEIÇÃO, 2000, p. 26).

Observamos que o próprio nome do estabelecimento português no Rio da Prata foi marcado pela provisoriedade, ditada pelo problema de ter sido fundado num território em disputa entre duas Coroas rivais. O fundador, D. Manuel Lobo propôs ao rei denominar Lusitânia a futura cidade que planejara criar nas proximidades da fortaleza do Santíssimo Sacramento<sup>24</sup>. De fato, as cartas de Lobo foram datadas da cidadela<sup>25</sup> do Sacramento<sup>26</sup>, já que o mesmo desconhecia as denominações de “Colônia do Sacramento” ou “Nova Colônia”, pelas quais a documentação passou a referir-se a sua fundação após a tomada da fortaleza

---

<sup>22</sup> Bluteau assim definiu o termo povoação: “*Os moradores de um lugar, vila ou cidade, ou o mesmo lugar, vila ou cidade; como quando se diz: grande ou pequena povoação. Povoação também, às vezes, vale o mesmo que colônia*”. Por sua vez, a definição do termo povoador remete ao seu papel específico de colonizador: “*Aquele que é do número dos que fizeram alguma nova povoação ou colônia. Fundador de novas povoações*” (BLUTEAU, 1720).

<sup>23</sup> Colônia foi elevada a vila em 1809, quando estava sob o domínio espanhol. Cf. RIVEROS TULA, 1959, p. 241.

<sup>24</sup> Carta de D. Manuel Lobo ao rei, 12/03/1680, in: REGO MONTEIRO, vol. 2, p. 29.

<sup>25</sup> “*Cidadela é um forte de quatro ou cinco ângulos, fabricado junto da praça, ou dentro dela, para a dominar, frear e bater, sendo necessário*” (BLUTEAU, 1712).

<sup>26</sup> As cartas foram publicadas em: ALMEIDA, 1957 pp. 330-331 e MONTEIRO, 1937, vol. 2, pp. 41-42 e 51-53.

pelos espanhóis, em agosto de 1680. Fica claro que o termo “colônia” refere-se a um núcleo de povoamento ligado à fortaleza do Sacramento e não ao nome próprio do estabelecimento. A documentação produzida por ocasião da discussão que levou ao Tratado Provisório de 1681 acabou por consagrar o uso do nome Colônia do Sacramento<sup>27</sup>, fato que ilustra muito bem a situação de provisoriedade que sempre marcou a presença portuguesa nas margens do Rio da Prata.

Até 1735 a Colônia do Sacramento caracterizou-se não somente pelo seu caráter militar de fortaleza, mas também pelo seu papel como centro de comércio e colonização. Com a implantação do campo de bloqueio espanhol, a povoação e a fortaleza fundiram-se numa praça-forte que teve que renunciar à política de povoamento. Com a ida de muitos casais para a nova fundação efetuada no Rio Grande de São Pedro, a população de Sacramento passou a compor-se, essencialmente, de militares e comerciantes, como observou o padre Florián Paucke durante sua visita a Colônia, realizada em dezembro de 1749 (PAUCKE, 1992, p. 75). Então já não havia mais interesse da Coroa em promover a alteração do estatuto de Sacramento, que continuou a ser governada pela autoridade militar.

Ao contrário de Damão, no Estado da Índia, onde era clara a unidade entre o núcleo urbano e o perímetro fortificado, característica principal das praças de guerra (CONCEIÇÃO, 2000, p. 27), em Sacramento essa relação formou-se aos poucos, a partir da implantação do bloqueio espanhol. No mapa de Colônia, elaborado pelo padre Diogo Soares em 1731, vemos que a fortaleza protegia a povoação mas não se confundia com ela. Já num mapa de 1752, podemos observar que parte da fortaleza foi demolida, restando somente os dois baluartes externos que, integrados à muralha, defendiam a povoação de um ataque por terra. Por sua vez, a construção das baterias costeiras de Santa Rita e São Pedro de Alcântara aumentou a segurança contra um ataque naval. Com a consolidação das fortificações perimetrais e a reforma da muralha, onde se deixou aberto somente o portão do campo, inaugurado em 1745, concluiu-se a integração total do recinto, em uma só unidade (ODRIOZOLA, s/d, p. 86).

---

<sup>27</sup> Para justificar seus direitos sobre o Rio da Prata, o governo de Portugal mandou publicar, em português, francês e espanhol, um manifesto intitulado “*Notícia e justificação do título e boa fé com que se obrou a Nova Colônia do Sacramento, nas terras da capitania de São Vicente, no sítio chamado São Gabriel, nas margens do Rio da Prata*”, que mandou distribuir às cortes europeias. Nele, foram apresentados tratados com a Espanha, bulas papais e uma série de relatos de navegadores, geógrafos e cronistas portugueses e estrangeiros que sustentavam a tese da Coroa portuguesa de que os limites dos seus domínios americanos estendiam-se até o Rio da Prata. Publicado na *Revista de História*, São Paulo, 1977, vol. LXVIII.

Viajantes dão testemunho do aspecto de praça-forte assumido desde então pela Colônia do Sacramento. Paucke descreveu-a como uma pequena cidade constituída de casas baixas, feitas de pedra. Na praça, destacou a presença da igreja paroquial, da guarda principal e da residência do governador. Sobre as fortificações, observou que, por terra, Colônia estava protegida por uma alta muralha, ocupada por peças de artilharia de ferro, e por um profundo fosso seco aberto na rocha. Defendendo o porto, notou a existência de um alto bastião, armado com seis canhões de ferro (PAUCKE, 1992, p. 75). Já Francisco Millau, na sua *Descripción del Río de la Plata*, de 1772, descreve Sacramento como uma pequena povoação com boas casas altas e edifícios regulares, cercada de muralhas simples na costa e mais poderosas em terra (MILLAU, 1947, p. 112).

De 1737 a 1777, o cotidiano do habitante de Sacramento foi marcado pelo bloqueio constante a que os espanhóis submeteram o povoado, perigosa situação que era temida pelas autoridades portuguesas. Na correspondência trocada entre o governador interino de Minas Gerais, Martinho de Mendonça de Pina e Proença e o general Gomes Freire de Andrada, Proença mostrava sua preocupação com a manutenção de uma praça mantida sob bloqueio contínuo, que comparava a Mazagão, praça-forte portuguesa situada na costa atlântica do Marrocos<sup>28</sup>.

Efetivamente, a partir de então a situação de Colônia se tornou parecida com as possessões portuguesas na costa marroquina, onde, segundo Boxer, “as guarnições das praças só controlavam o terreno à volta das muralhas, até onde alcançava o canhão. Nesse terreno, cultivavam os cereais, vegetais, frutas e pastoreavam os cavalos e o gado” (BOXER, 1977, p. 33). Se Mazagão foi qualificada como vila em 1536 (AMARAL, 1989, p. 22), levando-se em consideração a população que a compunha, calculada entre 1500 e 2000 habitantes durante o período filipino (FARINHA, 1970, p. 56), ela não chegou a contar com uma Câmara, pois, tal como em Colônia, a autoridade suprema residia na pessoa do governador, que dispunha do poder militar e civil (FARINHA, 1970, p. 89).

Outras semelhanças podem ser apontadas. O padre Paucke

---

<sup>28</sup> Carta de Martinho de Mendonça a Gomes Freire de Andrada, 18/07/1737, in: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, 1911, vol. II, p. 446.

observou que o gado era recolhido à praça durante a noite, para evitar que fosse apresado pelos espanhóis, o que também acontecia em Mazagão, onde um dos portões chamava-se “porta dos bois”, justamente por ser utilizado para conduzir o gado para as pastagens do campo vizinho (FARINHA, 1970, p. 67). O jesuíta não deixou de comparar a situação dos portugueses em Colônia à dos judeus na Europa, ao observar a existência de sentinelas espanholas nos arredores da praça, que vigiavam de contínuo as atividades dos moradores e soldados (PAUCKE, 1992, pp. 75-76). Millau descreve a existência de uma forte paliçada que, de uma praia a outra, confinava os portugueses na península ocupada pela Colônia do Sacramento. No cordão de isolamento estava sempre de prontidão um destacamento de tropa que fazia parte da guarnição de Buenos Aires (MILLAU, 1947, pp. 112-113).

Porém, tanto Paucke como Millau acentuam que o caráter militar da Colônia do Sacramento não excluía a intensa atividade comercial que ali se realizava. Mais uma vez, podemos traçar um paralelo com Mazagão, que, durante o período filipino, foi um centro de comércio muito visitado pelos mercadores europeus, “atraídos pela segurança do porto, pela inexistência de barreiras alfandegárias na entrada das mercadorias e pela facilidade dada pelas autoridades no trato com os comerciantes mouros e judeus” (FARINHA, 1970, p. 55).

A grande importância do comércio para Sacramento leva-nos também a tentar traçar um paralelo entre a fundação platina e as praças-fortes do Estado da Índia. A Colônia do Sacramento inseria-se no contexto das rotas comerciais do Atlântico, mantendo estreito contato com o Rio de Janeiro, que supervisionava todas as atividades desenvolvidas na povoação, fossem ligadas à justiça, ou às atividades militares, civis, religiosas e comerciais. Tal dependência leva a pensar Colônia como uma feitoria carioca no Rio da Prata. Porém, mesmo considerando o papel de Sacramento como uma feitoria do Rio de Janeiro, há poucas semelhanças entre o sistema comercial implantado no Atlântico com o que existia no Índico.

No Estado da Índia, durante o século XVI, os portugueses buscavam controlar as rotas marítimas através da força, por meio da implantação do sistema de cartazes (licenças), que os comerciantes asiáticos deviam comprar para não verem seus navios atacados pela frota portuguesa. Os cartazes eram vendidos a preços baixos,

pois o lucro estava nas taxas alfandegárias que eram cobradas nas fortalezas onde os navios mercantes eram obrigados a aportar (PEARSON, s/d, pp. 52-53).

Com a perda do domínio do Índico, que se seguiu à guerra com a Holanda, os portugueses tiveram que renunciar às tentativas de controlar o comércio asiático, concentrando suas atividades na exportação de produtos orientais para a metrópole, ao passo que o comércio asiático era quase que invariavelmente feito através de associação com mercadores indianos (BOXER, 1982, pp. 63-69). Mesmo nesse caso, os produtos comercializados eram originários das mais diversas regiões do Oriente e não se baseavam na produção dos territórios controlados pelos portugueses. O comércio de Goa era totalmente voltado para o exterior, através da redistribuição de mercadorias adquiridas em um amplo espaço que ia de Moçambique a Macau, com fraca atuação sobre a sua hinterlândia. Esta situação contrasta com o que ocorria em Sacramento, que fazia da exportação dos couros extraídos na Banda Oriental, ao lado da prata obtida através do contrabando com os espanhóis, os seus principais itens de exportação.

Também as atuações militares desastrosas ou as heróicas defesas dos muros de Sacramento encontram muitos paralelos com a história dos portugueses no Oriente, sendo que a esta comparação não se furtou Capistrano de Abreu ao escrever que, durante o cerco que se estendeu de 1735 a 1737, “o governador Antônio Pedro de Vasconcelos resistiu com um esforço e heroísmo que lembra algumas das mais belas páginas da história portuguesa na Índia”. (CAPISTRANO DE ABREU, 1900, p. XXVIII). O mesmo se pode dizer da atuação dos portugueses nas praças de guerra do litoral marroquino, em cujas muralhas muitas vezes as mulheres combateram ombro a ombro com os homens (BOXER, 1977, p. 17), como aconteceu na Colônia do Sacramento por ocasião do sítio espanhol. Em 1736, quando os inimigos tentaram tomar de assalto o povoado, segundo o cronista Simão Pereira de Sá, as mulheres “largaram as almofadas, e pegaram nas lanças, arrimando-se às muralhas com espíritos tão estranhos ao sexo, que pareceram acostumadas àquele robusto exercício” (SÁ, 1993, p. 117).

Porém, seria um erro ressaltar o caráter militar e comercial da Colônia do Sacramento em detrimento do importante papel de centro de povoamento que desempenhou até 1735. Os portugueses nunca conseguiram implantar colônia de povoamento no Estado da

Índia. Segundo Boxer, a Coroa portuguesa desencorajava a ida de mulheres para a Ásia e África, com exceção das chamadas “órfãs d’el rei”, sendo provável que elas não passassem de trinta por ano. Mesmo em número reduzido, ainda no século XVI, a Câmara de Goa pediu ao rei que não mais as enviasse, alegando que na cidade havia muitas moças, filhas de portugueses e mães asiáticas, em idade de casar (BOXER, 1981, pp. 137-138). O povoamento era garantido pela miscigenação, já que elite deixava suas mulheres em Portugal, para onde voltava após cumprir seu tempo de serviço, enquanto a maioria dos homens que se deixavam ficar acabava por coabitar com mulheres asiáticas (PEARSON, s/d, p. 117).

Outra diferença fundamental com a sociedade colonial no Estado da Índia reside no fato de que, no Oriente, os portugueses subjugaram um importante número de populações autóctones, ao contrário do que se deu em Sacramento, onde o povoamento teve de ser incrementado a partir da implementação de uma política que favoreceu tanto a emigração voluntária como a compulsória.<sup>29</sup>

A perda do controle das rotas marítimas no Índico, entre 1630 e 1660, desestabilizou a estrutura tradicional do Estado da Índia, baseada numa extensa rede de fortalezas e feitorias que controlavam pequenas extensões de terra. A sobrevivência foi garantida pela exploração agrícola da fértil Província do Norte, que então se constituía no maior território controlado pelos portugueses no subcontinente indiano (BETHENCOURT, 1998, pp. 264-265). Ali, a exploração de pequenas aldeias, onde a mão-de-obra indiana cultivava palmares e campos de arroz, garantiu a renda dos portugueses casados numa época em que declinava o comércio (BOXER, 1977, pp. 95-98). Pearson sustenta que o impacto português no meio rural indiano foi mínimo, limitando-se às tentativas de conversão e à introdução de uma nova flora, já que os lusitanos não interferiam nas práticas tradicionais das aldeias, onde se limitavam a explorar o sistema de tributação que encontraram no momento da conquista (PEARSON, s/d, pp. 123-126).

Mais uma vez, voltamos então a traçar um paralelo entre a Colônia do Sacramento e as praças de guerra do norte da África,

---

<sup>29</sup> A Coroa portuguesa fez intenso uso do degredo como uma forma de garantir o incremento da população branca nas colônias, ao mesmo tempo em que tentava libertar-se de elementos indesejados na metrópole, os quais, por sua vez, poderiam ser úteis na defesa dos domínios ultramarinos. Sobre esse assunto, consultar COATES, 1998.

especialmente com Mazagão, cuja população era em sua maioria de origem portuguesa, já que eram raros os casamentos mistos, em geral feitos com pessoas que haviam sido capturadas quando crianças e convertidas ao cristianismo (BOXER, 1977, pp. 15-16). Em Colônia, a presença dos casais povoadores garantiu que a população fosse predominantemente portuguesa, o que não exclui casos de miscigenação que, na sua maioria, eram o resultado das relações sexuais entre os senhores brancos e escravas índias e negras.

A perda da Província do Norte, conquistada pelos maratas em 1739, obrigou a Coroa portuguesa a reforçar a sua posição na Índia. Nos anos seguintes, os vice-reis Marquês de Louriçal e Conde de Assumar conquistaram uma grande área nas proximidades de Goa. A concentração territorial em torno da capital possibilitou a criação de uma base de apoio agrícola, demográfica e militar (BETHENCOURT, 1998, pp. 264-265). No momento que em que Goa passava a ser a sede de um território considerável, ocorria justamente o contrário na Colônia do Sacramento, onde o bloqueio espanhol, implantado em 1735, restringiu a área de atuação dos portugueses às proximidades da povoação, que assumiu então o aspecto de uma praça de guerra, cujo território não ultrapassava o alcance de um tiro de canhão.

A situação *sui generis* da Colônia do Sacramento dentro do quadro da colonização portuguesa na América levou-nos a traçar um paralelo entre a presença lusitana no Rio da Prata e no Oriente, pois, apesar do desejo manifesto da Coroa de “atar esta Colônia com os mais domínios da América portuguesa<sup>30</sup>”, expresso através de planos de se fundarem novas povoações entre Sacramento e Laguna, por força das circunstâncias, a partir de 1735 a Colônia do Sacramento apresentou um caráter de insulamento que era característico das praças de guerra existentes na África do norte e no Estado da Índia. Acreditamos que esse tipo de análise pode contribuir para o estudo das várias formas de colonização implementadas pela Coroa portuguesa nos seus vastos domínios ultramarinos.

---

<sup>30</sup> Relatório do conselheiro Antônio Rodrigues da Costa (1715), in: MONTEIRO, vol. 2, pp. 59-62.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil (1493-1700)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1957.

AMARAL, Augusto Ferreira do. *História de Mazagão*. Lisboa: Alfa, 1989.

BETHENCOURT, Francisco. "As Câmaras e as Misericórdias", in: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.). *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, vol. 3: O Brasil na Balança do Império (1697-1808), pp. 270-291.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra: Colégio da Companhia de Jesus, 1712-1727.

BOXER, Charles R. *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*. Lisboa: Horizonte, 1977.

BOXER, Charles R. *A Índia Portuguesa em Meados do Século XVII*. Lisboa: Edições 70, 1982.

BOXER, Charles R. *O Império Colonial Português (1492-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1981.

CAPISTRANO DE ABREU, João. "Sobre a Colônia do Sacramento". In: SÁ, Simão Pereira de. *Historia Topographica e Bellica da Nova Colonia do Sacramento do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1900.

COATES, Timothy J. *Degredados e Órfãs: Colonização Dirigida pela Coroa no Império Português (1550-1755)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da. "A Praça da Guerra: Aprendizagem entre a Aula do Paço e a Aula de Fortificação", *Revista Oceanos*, nº 41, jan.-mar. 2000, p. 26.

MILLAU, Francisco. *Descripción de la Provincia del Río de la Plata [1772]*. Buenos Aires: Espasa - Calpe, 1947.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*. Porto Alegre: Globo, 1937.

ODRIOZOLA, Miguel Angel. "Patrimonio Arquitectonico y Urbanistico", in: DARAGNÈS RODERO, Ernesto (Org.). *300 Años de Colonia - Ciclo Conmemorativo*. Montevideo: Universidad de la Republica, s/d.

PAUCKE, Florián. "El Silberfluss", in: BARROS-LÉMEZ, Alvaro (comp.). *V Centenario en el Río de la Plata: Pioneros, Adelantados, Caminantes, Fundadores*. 2.ª ed. Montevideo: Monte Sexto, 1992.

PEARSON, M. N. *Os Portugueses na Índia*. Lisboa: Teorema, s/d.

RIVEROS TULA, Anibal M. *Historia de la Colonia del Sacramento, 1680-1830*. Montevideú: Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, 1959.

RUSSELL-WOOD, J. R. "Senhores de Engenho e Comerciantes", in: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.). *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, vol. 3: O Brasil na Balança do Império (1697-1808), pp. 193-209.

SÁ, Simão Pereira de. *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata [1737]*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul (Século XVIII)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.

SCHWARTZ, Stuart. "O Brasil no Sistema Colonial", in: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.). *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, vol. 3: O Brasil na Balança do Império (1697-1808), pp. 138-155.

SYLVA, Silvestre Ferreira da. *Relação do Sítio da Nova Colônia do Sacramento*. Facsímile da edição de 1748. Porto Alegre: Arcano 17, 1993.

TAUNAY, Affonso de E. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1946, vol. 8.

**ABSTRACT:** This article intends to do an analysis of the role played by the Colonia do Sacramento in the Portuguese colonial empire. The strategic location of Sacramento, in a region disputed with the Spanish Crown, gave rise to a peculiar History of which we intend to do a comparative analysis with the Portuguese fortresses in Africa and in Asia.

**KEY WORDS:** city , fortress , colony